

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ANÁLISE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VICTÓRIA JULIANA MODA FERREIRA

MERCOSUL E O GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA DOS PAÍSES MEMBROS, DE
2001 A 2022

MANAUS - AM

2024

VICTÓRIA JULIANA MODA FERREIRA

MERCOSUL E O GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA DOS PAÍSES MEMBROS, DE
2001 A 2022

Monografia apresentada à Faculdade de
Estudos Sociais da Universidade Federal
do Amazonas como requisito obrigatório à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, sob a Orientação da Profa.
Marília Carvalho Brasil.

MANAUS – AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F383m Ferreira, Victória Juliana Moda
Mercosul e o grau de abertura econômica dos países membros,
de 2001 a 2022 / Victória Juliana Moda Ferreira . 2024
41 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marília Carvalho Brasil
TCC de Graduação (Ciências Econômicas) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Grau de abertura. 2. Economia internacional. 3. Mercosul. 4.
Esforço exportador. 5. Dependência de importações. I. Brasil,
Marília Carvalho. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

VICTÓRIA JULIANA MODA FERREIRA

MERCOSUL E O GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA DOS PAÍSES MEMBROS, DE
2001 A 2022

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores abaixo.

Aprovado dia: 15/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof (a). Marília Carvalho Brasil
Orientador – Universidade Federal do Amazonas

Prof (a). Anna Karoline Rocha da Cruz
Examinador – Universidade Federal do Amazonas

Prof. Yunier Sarmiento Ramirez
Examinador – Universidade Federal do Amazonas

À Deus, por sua infinita graça. Aos meus pais, pelo apoio, em especial à minha mãe, Juliana Moda, por nunca ter medido esforços para que eu tivesse uma boa educação. Às incríveis amizades que colhi durante toda a minha trajetória acadêmica, que me apoiaram e me incentivaram e que posso sempre contar.

RESUMO

A abertura comercial proporciona ganhos de comércio aos países graças a possibilidade de transacionar bens e serviços. No pós-guerra, intensificaram os acordos comerciais visando diminuir o protecionismo no comércio, os países passaram a aderir a acordos multilaterais de comércio e consolidar-se em blocos econômicos. Na América do Sul, o Mercosul surgiu como uma União Aduaneira (1995), com a proposta de integrar economicamente os países sul-americanos, via eliminação de barreiras tarifárias e a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Os integrantes do bloco são a Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. A presente monografia visa desenvolver uma análise a respeito da evolução do grau de abertura comercial dos países-membros do Mercosul, a partir de um recorte temporal de 2001 a 2022 dos benefícios dos ganhos de comércio para os respectivos países. A análise proposta foi realizada a partir de três indicadores: Grau de Abertura (GA), Esforço Exportador (EE) e Dependência das Importações (DI). Os resultados indicam que as dimensões estruturais e econômicas dos países associados são significativas. A configuração dos países que compõem o bloco econômico enfatiza a complexidade da integração econômica regional do Mercosul, onde países com diferentes tamanhos populacionais e estruturas econômicas enfrentam desafios distintos na busca pela convergência econômica. Constatou-se que Paraguai e o Uruguai apresentam maior grau de abertura em relação às economias maiores e que o Brasil predomina como principal parceiro econômico no comércio intrabloco.

Palavras-chave: Grau de abertura; Economia internacional; Mercosul; Esforço exportador; Dependência de importações.

ABSTRACT

Trade openness provides countries with trade gains thanks to the possibility of transacting goods and services. In the post-war period, trade agreements intensified, trade protectionism decreased, and countries began to join multilateral trade agreements and consolidate themselves into economic blocs. In South America, Mercosur emerged as a Customs Union (1995), with the proposal to economically integrate South American countries, by eliminating tariff barriers and adopting a Common External Tariff (TEC). The members of the bloc are Argentina, Brazil, Uruguay and Paraguay. This monograph aims to develop an analysis regarding the evolution of the degree of trade openness of Mercosur member countries, based on a time frame from 2001 to 2022 of the benefits of trade gains for the relevant countries. The proposed analysis will be carried out based on three indicators: Degree of Openness (GA), Export Effort (EE), and Import Dependence (DI). The results indicate that the structural and economic dimensions of the associated countries are significant. The configuration of the countries that make up the economic bloc emphasizes the complexity of Mercosur's regional economic integration, where countries with different population sizes and economic structures face different challenges in the search for economic convergence. It was found that Paraguay and Uruguay have a greater degree of openness in relation to larger economies and that Brazil predominates as the main economic partner in intra-bloc trade.

Keywords: Trade openness, International Economy, Mercosur; Export effort; Dependence on imports.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Mercosul - Distribuição percentual dos países membro em relação a população, território, PIB e PIB per capita no total do Mercosul – 2001 a 2022.	25
Gráfico 1: Mercosul - Grau de abertura econômica dos países membro - 2001 a 2022.	27
Gráfico 2: Argentina - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022. .	29
Gráfico 3: Brasil - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022.....	30
Gráfico 4: Paraguai - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022. ...	31
Gráfico 5: Uruguai - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022.	32
Gráfico 6: Mercosul - Participação relativa dos países nas exportações totais intrazona - 2001 a 2022.	33
Gráfico 7: Mercosul - Participação relativa dos países nas importações totais intrazona - 2001 a 2022.	34
Gráfico 8: Mercosul – Participação relativa dos países nas exportações totais extrazona - 2001 a 2022.	35
Gráfico 9: Mercosul – Participação relativa dos países nas importações totais extrazona - 2001 a 2022.	36

LISTA DE SIGLAS

OMC - Organização Mundial do Comércio

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

TEC – Tarifa Externa Comum

GA – Grau de Abertura

DI – Dependência das Importações

EE – Esforço Exportador

PIB – Produto Interno Bruto

FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2. 1 Teorias clássicas do comércio.....	12
2.1.1 Teoria das Vantagens Absolutas.....	12
2.1.2 Teoria das Vantagens Comparativas.....	12
2.2 Teorias neoclássicas de Comércio Internacional	13
2.2.1 O teorema de Heckscher-Ohlin	13
2.2.1 Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson	14
2.2.2 Teorema de Stolper – Samuelson	15
2.3 Aspectos históricos do Mercosul	16
2.4 Aspectos históricos do países-membros	19
2. 5 O bloco como estratégia para o crescimento econômico	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.1 Indicadores utilizados	22
3.1.1 Indicador de Grau de Abertura (GA).....	22
3.1.2 Indicador de Esforço Exportador (EE)	23
3.1.3 Indicador de Dependência das Importações (DI).....	23
3.2 Fontes e tratamento de dados.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38

1 INTRODUÇÃO

O pós-guerra trouxe uma nova característica para o comércio internacional, expandiu o número de acordos comerciais e os países passaram a se consolidar em blocos econômicos para facilitar as trocas comerciais entre eles. A globalização permitiu uma maior aproximação e flexibilização das trocas comerciais entre os países, redução dos custos de transportes e comunicação, além de possibilitar maior intercâmbio de bens e serviços (Krugman, 2015).

No comércio internacional, existem barreiras que impossibilitam o fluxo de trocas entre os países que podem ser expressas por fatores geográfico, cultural, tecnológico e temporal (Roque, 2010). Com o objetivo de promover a abertura seletiva dos mercados da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai e incentivar a complementação setorial, instaurou-se, em 1991, o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O Mercosul é uma união aduaneira caracterizada pela eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre o comércio, além da adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) (Abreu; Florêncio Sobrinho, 1995).

Atualmente, o Mercosul é composto pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O bloco abriu caminho para uma inserção competitiva das quatro economias no processo de globalização que começava a ganhar peso crescente na década de 1990 (Ipea, 2015). Grandes são as assimetrias estruturais dos países membros, tais assimetrias apontam para uma disparidade entre tamanho e riqueza (Souza; Oliveira; Gonçalves, 2010)

O Mercosul é o principal bloco econômico da América do Sul. Em 2021, o intercâmbio comercial do bloco com o mundo foi de US\$ 598 bilhões, um aumento de 37% em relação a 2020. As exportações representaram 57% e as importações 43% desse intercâmbio comercial (Mercosul, 2023). O bloco, entretanto, já enfrentou crises que chegaram a representar queda de cerca de 50% na participação das exportações do principal país do bloco, o Brasil (Ipea, 2015)

Considerando isso, questiona-se como a criação do Mercosul beneficiou seus países membros em termos de abertura comercial entre 2001 e 2022. A hipótese é que os resultados demonstrem um grau de abertura maior para as economias menores do bloco, dado que o processo de integração tende a ser mais benéfico para os membros menos influentes. Além disso, espera-se que os dados indiquem uma maior participação relativa do Brasil dentro do Mercosul, visto que o país é a principal economia do bloco.

Para tanto, esta monografia tem como objetivo geral analisar o grau de abertura econômica dos países-membros do Mercosul de 2001 a 2022 e entender de que forma a abertura comercial promovida pelo Mercosul beneficiou os países membros. Para atingir os objetivos

gerais do presente estudo, busca-se: i) verificar as assimetrias estruturais dos países membros; ii) analisar o grau de abertura dos países membros; e iii) analisar a participação dos países membros no comércio intrazona e extrazona.

É sabido que o comércio internacional proporciona ganhos de comércio aos países. Para o objetivo proposto, serão discutidos os fundamentos teóricos que circundam a temática da abertura comercial, explorando as principais teorias de comércio internacional que fundamentam a busca pelos maiores ganhos de comércio. Será realizado um panorama histórico do Mercosul, elucidando seus objetivos como bloco econômico e sua atuação como mecanismo impulsionador do crescimento econômico na América do Sul. Este estudo visa contribuir para uma melhor compreensão do tema por formuladores de políticas, acadêmicos e profissionais interessados na integração regional e nos efeitos da abertura comercial na América do Sul, especialmente no contexto do Mercosul.

Essa monografia se divide em cinco seções. A primeira apresenta esta introdução, a segunda seção apresenta a revisão de literatura com ênfase nas principais teorias de comércio internacional, bem como aspectos históricos do Mercosul desde sua formação. A terceira seção abordará a metodologia utilizada nesta monografia. Na quarta seção, destaca-se a análise e interpretação dos resultados. E por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção serão apresentadas as principais teorias de comércio internacional. É apresentado também um panorama histórico do Mercosul e seu papel como mecanismo de integração regional.

2.1 Teorias clássicas do comércio

2.1.1 Teoria das Vantagens Absolutas

As teorias tradicionais que tratam da seara da abertura comercial baseiam-se na alocação eficiente da produção, de acordo com o benefício das trocas e da maximização do bem-estar entre as economias envolvidas. A primeira teoria no campo do comércio internacional, de Adam Smith, é fundamentada na teoria do valor e da produção. Segundo Smith, para que dois países pratiquem comércio um com o outro, é necessário que estes se especializem na produção para exportação dos bens que produzem a um menor custo. Os dois países devem, portanto, comparar os custos de produção de determinado bem, obtendo vantagem absoluta o país que possuir custos de produção inferiores (Sarquis, 2011).

Supondo que exista dois países interessados em comerciar entre si, ambos irão comparar os custos de produção de determinado bem, e aquele país com o menor custo total, ou seja, com uma vantagem absoluta, exportaria o bem (Bruch; Villela, 2018). Entretanto, a teoria econômica aponta uma limitação na vantagem absoluta de Adam Smith, ao não considerar que, se um país produzir diversos produtos a preços mais baixos que seus concorrentes, as outras nações não terão renda suficiente para importar esses produtos, visto que, para importar, precisam primeiramente exportar (Das, 2008 apud Bruch; Villela, 2018).

2.1.2 Teoria das Vantagens Comparativas

Baseado na teoria de Smith, David Ricardo formulou a teoria das vantagens comparativas. A teoria considera indispensável a mobilidade doméstica do trabalho, e dela advém os ajustes necessários para que uma economia obtenha as vantagens de uma abertura comercial (Sarquis, 2018). A teoria de Ricardo estabelece que os preços dos bens e fatores de

produção modificam-se naturalmente, permitindo a cada país ser competitivo em certo bem de exportação no qual possui uma vantagem comparativa.

Teoricamente, poderia existir países com vantagem absoluta em todos os setores, o que tornaria o comércio inviável. No entanto, em alguns setores, cada país terá uma vantagem relativamente maior tanto em comparação a outros setores de sua própria economia quanto em relação a outros países. Desse modo, a teoria de Ricardo prevê que os países irão exportar o bem que possuem vantagem comparativa. A vantagem decorre do baixo custo de oportunidade na produção de um bem se analisado comparativamente em relação a outro país, forçando uma maior especialização de modo a compensar a importação de outros bens (Vilela; Bruch, 2017).

A teoria de Ricardo revela uma limitação estática, uma vez que não incorpora dinamicamente a evolução das estruturas de oferta e demanda, juntamente com as flutuações nos preços relativos dos bens transacionados no mercado global. Este fenômeno é particularmente evidente à medida que as economias progridem e seus níveis de renda se elevam (Vasconcellos, 2007).

Segundo Sarquis (2011), percebe-se que o comércio impulsionado pela abertura comercial e estimulado pelas vantagens comparativas promove maior eficiência tecnológica e alocativa dos recursos nessas economias. Em resumo, um país, mesmo desprovido de vantagens absolutas, pode obter ganhos e contribuir para seus parceiros em um contexto de livre comércio. Apesar de simples, as teorias clássicas reiteram o papel fundamental de que o comércio induz processos de especialização, vindo a tornar economias mutuamente eficientes, com alto padrão de produção e consumo.

A teoria, no entanto, apresenta limitações por não incorporar outros fatores como custos de transporte, limitações na mobilidade dos fatores de produção e as próprias barreiras ao comércio. Além disso, é importante considerar que a especialização é impulsionada pelo comércio e este é induzido pela abertura comercial, porém esses dois fatores não são suficientes para alterar a estrutura das economias (Sarquis, 2011)

2.2 Teorias neoclássicas de Comércio Internacional

2.2.1 O teorema de Heckscher-Ohlin

As teorias neoclássicas do comércio demonstram que o comércio internacional resulta de dotações distintas dos fatores de produção entre os países. As teorias neoclássicas se diferem das teorias clássicas na formulação das vantagens comparativas. Nas teorias clássicas, essas

vantagens se originam de diferenças tecnológicas ou da produtividade do trabalho. No âmbito das teorias neoclássicas, as vantagens comparativas resultam das diferenças na dotação ou na abundância relativa dos fatores de produção (Sarquis, 2011).

Tomando como base o modelo clássico de Ricardo, o modelo de Heckscher-Ohlin (H-O), determina que os países diferem em suas dotações relativas de fatores de produção, e que em um processo de produção o que é levado em consideração é a distinta abundância relativa desses fatores (Sarquis, 2011; Appleyard, 2008 apud Bruch; Vilella, 2018; Vasconcellos, 2007).

Segundo Puigcerver (2021), o modelo de Heckscher-Ohlin elucidada que as discrepâncias na produtividade entre países proporcionam apenas uma explicação parcial para o fenômeno do comércio internacional, visto que as diferenças na dotação de recursos também desempenham um papel crucial. A abundância ou escassez de mão-de-obra, terra, capital ou matérias-primas assume relevância significativa na determinação do que cada país exporta e por quê. Consequentemente, o modelo destaca como a vantagem comparativa é influenciada pela disponibilidade dos fatores de produção e pela forma como esses fatores são empregados na fabricação de bens.

Segundo o teorema, um país tende a exportar bens que são predominantemente produzidos utilizando seu fator de produção abundante em comparação com outro país, enquanto importa bens que são predominantemente produzidos utilizando seu fator de produção relativamente escasso. Assim, um país como o Brasil, que possui abundância relativa de mão de obra, terá um custo relativo mais baixo desse fator produtivo. Isso assegura que o país tenha vantagem comparativa na produção (exportação) de bens que são intensivos no uso de mão de obra. Por outro lado, bens que requerem o uso de capital (fator de produção escasso no país) podem ser produzidos no exterior a um custo relativo menor, incentivando o país a importá-los. (Vasconcellos, 2007).

2.2.1 Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson

O Teorema da Equalização do Preço dos Fatores de Produção, conhecido como Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson, analisa os efeitos do comércio na distribuição do rendimento, examinando a distribuição da remuneração dos fatores de produção. Considerando que o preço relativo dos produtos será igual ao preço relativo dos fatores de produção, cumprindo o teorema de Walras – o preço de um produto é igual ao seu custo, é possível compreender a proporção em que os fatores capital e trabalho são utilizados na produção de cada bem.

Considerando a proporcionalidade dos fatores, conclui-se que o comércio internacional tem a capacidade de redistribuir a renda, pois, quando uma economia se abre ao mercado externo, os produtores de bens exportados serão beneficiados, enquanto os produtores de bens importados serão prejudicados (Puigcerver, 2021).

O fator de produção escasso de um país sofre uma redução de renda devido ao comércio (e obtém ganhos com a imposição de restrições ao comércio), enquanto o fator abundante experimenta um aumento de renda com o comércio (e sofre perdas com restrições comerciais). Por exemplo, no país A, os produtores intensivos em trabalho são incentivados pelo comércio, pois sua renda aumenta, enquanto os proprietários de capital experimentam uma diminuição de renda e se opõem ao comércio (Appleyard, 2008 apud Bruch; Vilela, 2018).

2.2.2 Teorema de Stolper – Samuelson

Partindo da análise de Heckscher-Ohlin (H-O), Paul Samuelson (1915-2009), em colaboração com W.F. Stolper (1912-2002), propôs que o comércio internacional não apenas resulta na equalização dos preços dos bens entre os países, conforme previsto pelo modelo H-O, mas também implica a igualdade das condições iniciais. Segundo o teorema, quando ambos os países produzem ambos os bens, os preços dos fatores de produção também tendem a se equalizar. Essa conclusão expressa a validade do teorema de Walras, o qual estabelece que o preço dos bens é igual ao custo de sua produção, ou seja, ao preço dos fatores de produção (Puigcerver 2021),

Segundo Stolper (1912-2002) e Samuelson (Puigcerver 2021), se um país for abundantemente dotado de capital, ele se especializará na produção de bens intensivos nesse fator. Portanto, a longo prazo o preço do capital no país tenderá a aumentar, enquanto o preço do trabalho tenderá a diminuir. Assim, o comércio internacional desempenha um papel significativo no processo de equalização dos preços dos fatores de produção, conforme sugerido por Stolper e Samuelson. Segundo Appleyard, um país irá, portanto, exportar bens produzidos utilizando majoritariamente o fator de produção abundante em relação ao outro país, e importar bens produzidos pelo seu fator de produção mais escasso (Appleyard, 2008 apud Bruch; Vilela, 2018).

O modelo de Stolper-Samuelson, entretanto não se cumpre na prática, devido ao modelo: i) pressupor que haja livre comércio, este, na prática, é limitado por barreiras comerciais e custo de transporte; ii) assumir que os países possuem tecnologias semelhantes, o que na realidade não se configura devido à diversidade métodos aplicados pelos países na

produção; e ii) supor que ambos os países produzem os dois bens, o que implica afirmar que os fatores de produção aplicados deveriam ser equivalentes (Puigcerver, 2021)

2.3 Aspectos históricos do Mercosul

A integração econômica na América Latina evoluiu por meio de três fases diferentes. A primeira fase, iniciada nos anos 1960 e início dos anos 1970, caracterizou-se por uma extensa intervenção estatal, implementação de cronogramas para a gradual redução de barreiras comerciais intrarregionais e esforços para estabelecer tarifas externas comuns. Na segunda fase, que ocorreu na segunda metade da década de 1970, os países da América Latina afetados pela crise da dívida externa abandonaram as metas originais dos acordos e adotaram uma abordagem cautelosa, focando em acordos bilaterais parciais. Por último, o terceiro estágio, teve início nos anos 1990 com a transformação das políticas de comércio e industrialização (Baumann, 2001).

Ainda nos anos 1970, teve origem os acordos que fortaleceram a confiança entre os países¹. A Declaração de Iguazu (1995) é considerada a peça fundamental do processo de integração, que permitiu a criação de uma Comissão Mista para a Integração, presidida pelos chanceleres do Brasil e da Argentina (Baumann, 2001).

Em 29 de julho de 1986, Argentina e Brasil assinaram a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, que estabeleceu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, servindo como embrião para o futuro mercado comum (Baumann, 2001). O programa tinha como objetivo promover a abertura seletiva dos mercados de ambos os países e incentivar a complementação setorial, de acordo com os princípios da flexibilidade (possibilidade de ajustamento do cronograma e dos objetivos), gradualismo (fixação de metas anuais), equilíbrio (integração setorial mais equitativa entre os sócios) e simetria (harmonização das políticas relacionadas à competitividade setorial). O acordo desempenhou um papel fundamental na mitigação das resistências à abertura comercial em um contexto predominantemente protecionista (Rêgo, 1995).

A criação do Mercosul foi sustentada sobre um longo processo de integração latino-americano, iniciado na década de 1960 e pelas iniciativas de integração bilateral nos anos 1980. (Baumann, 2001). O bloco se caracteriza como um processo de integração econômica entre

¹ O Acordo Tripartite Argentina-Brasil-Paraguai que permitiu compatibilizar as cotas das represas hidrelétricas de Itaipu e Corpus, e a assinatura de um convênio de cooperação nuclear bilateral entre Brasil e Argentina, em 1980.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, inaugurado em 26 de março de 1991, suas metas, prazos e instrumentos foram estabelecidos por meio do Tratado de Assunção, assinado na mesma data.

O bloco se configura como uma união aduaneira, grau de integração caracterizado pela eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias que incidem sobre o comércio entre seus membros. É necessário que esse modelo abarque pelo menos 80% dos bens comercializados entre os países. Esse sistema adota uma Tarifa Externa Aduaneira (TEC), isto é, uma tarifa sobre as importações de produtos e serviços, induzindo os países membros a adotar uma política de comércio exterior coordenada. (Abreu; Florêncio Sobrinho, 1995; Romero, 2011).

São elementos básicos desse processo de integração (Baumann, 2001):

- i) a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio entre os países membros;
- ii) adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC);
- iii) coordenação de políticas macroeconômicas;
- iv) livre comércio de serviços;
- v) livre circulação de mão de obra;
- vi) livre circulação de capitais.

A constituição do Mercosul, representou, em termos mais amplos, uma mudança de atitude da diplomacia brasileira quanto ao relacionamento com os países vizinhos - de uma defesa intransigente de independência ao reconhecimento e aprofundamento da interdependência regional (Rêgo, 1995).

Segundo Baumann (2001), o Tratado tinha como objetivo promover uma inserção econômica mais competitiva dos países membros no mercado internacional, favorecer o aumento da competitividade via economias de escala, estimular fluxos de comércio na região, promover esforços de abertura das economias dos países membros e orientar as ações do setor privado - principais motores do processo de integração.

As assimetrias socioeconômicas dos países-membros eram consideráveis e semelhantes no momento da adesão ao bloco. Diferentemente dos países europeus em adesão à União Europeia que superaram suas rivalidades históricas em prol dos benefícios do processo de integração, no contexto do Mercosul ainda pairava a rivalidade nacionalista entre os sócios do bloco, sendo essa a principal causa dos problemas da integração econômica da região (Rivas, 2002 *apud* Bastos, 2009). Como consequência, segundo Bastos (2009), a dificuldade de coordenação das políticas econômicas, combinado com a vulnerabilidade externa das

economias-membro decorrente das políticas neoliberais de financiamento, resultou em um significativo endividamento externo para esses países.

O Mercosul inicialmente visava mitigar as assimetrias estruturais entre as economias dos países membros através da dinâmica comercial. Nos primeiros anos do bloco, houve um significativo aumento no fluxo comercial entre os países associados. Entre 1990 e 1995, as importações intrarregionais cresceram de 46,5 bilhões em 1990 para 62 bilhões em 1995, e as exportações aumentaram de US\$ 4,1 bilhões em 1990 para US\$ 14,4 bilhões em 1995. (Montoya, 2002, p.43 apud Bastos, 2009). As políticas públicas de incentivo a investimento estrangeiro direto (IDE), amparada pelo regionalismo aberto da CEPAL, aliado ao baixo custo da mão de obra dos países transformou-os sobretudo o Brasil, em uma base regional de exportação para muitas empresas (Bastos, 2009).

Nos anos seguintes, crises internacionais afetaram diretamente a dinâmica de comércio do bloco. A Crise Mexicana de 1994 resultou em uma grande fuga de capitais devido à instabilidade econômica, levando o México a aderir ao NAFTA² no mesmo ano. O Mercosul viu suas exportações atingirem crescimento de 77% face ao registrado nas importações (233%), a principal razão é explicada pelos programas de ajuste cambial e de políticas de abertura externa (Ginesta, 1999 apud Bastos, 2009). No Brasil, foram implementadas medidas de contenção monetária e de crédito que refletiram no aumento da taxa de desemprego e redução da produção industrial (Bastos, 2009).

Durante esse período, foi implementada a Tarifa Externa Comum (TEC) em conjunto com o Programa de Liberalização Comercial no Mercosul. O sucesso dessas iniciativas foi evidenciado pelo aumento tanto das exportações quanto das importações. O comércio intrabloco foi de US\$ 24 bilhões em 1994, para US\$ 42 bilhões, em 1997 (Bastos, 2009).

Sete anos após a formação do Mercosul, o comércio global do bloco experimentou um crescimento que excedeu 15% ao ano, com destaque para a expansão do comércio entre os países associados, que foi significativamente maior do que aquela observada no comércio com países não membros. Entre 1991 e 1997, os fluxos comerciais extrazona duplicaram, enquanto

² Sigla em inglês de North American Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). De acordo com León (1995), foi um acordo assinado pelo México, Canadá e Estados Unidos em dezembro de 1992 e que entrou em vigor desde 12 de janeiro de 1994. “O Nafta previa a eliminação gradual das barreiras ao comércio de bens e serviços e aos investimentos entre os três países membros de forma a constituir uma área de livre comércio em um prazo de 15 anos” (p. 7) [...]. A “proposta básica do Acordo vem ao encontro de necessidades de crescimento econômico do México, bastante restringido pela insuficiência de capitais. Através do Nafta, o país pretende atrair investimentos e combiná-los com o baixo custo a sua mão-de-obra abundante, a fim de expandir a economia e gerar empregos” (p. 9). Recentemente, o NAFTA foi substituído por um novo acordo chamado de Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA).

o comércio entre os membros do bloco quadruplicou. As transações comerciais intrabloco representaram aproximadamente um quarto das exportações totais e mais de 20% das importações totais na sub-região, estabelecendo as bases para uma interdependência efetiva entre as economias do Mercosul (Mercosul, 1998).

2.4 Aspectos históricos do países-membros

A década de 1980 se caracterizou pela busca do desenvolvimento dos países por meio da aproximação com os vizinhos. Nesse contexto, Brasil e Argentina buscam estreitar relações por meio da assinatura de acordos bilaterais de comércio. Segundo Santos (2013), a integração adquire importância política no sentido de ser vista por ambos os países como uma estratégia comum para uma inserção mais competitiva no cenário econômico internacional.

No contexto brasileiro, a integração é vista como uma forma de expandir os mercados para seus produtos por meio da consolidação da postura de liderança do país no continente, até então ameaçado por um possível desvio de comércio com outros blocos econômicos. Para a Argentina, desejo pela integração devia-se ao fato de que o Brasil era visto como uma economia capaz de absorver os produtos argentinos (Vaz, 2002, p. 106 apud Santos, 2013).

O Uruguai, como uma das menores economias dentro do Mercosul, optou por aderir ao bloco com o objetivo de impulsionar suas negociações comerciais com países desenvolvidos. A construção de um espaço regional comum sul-americano, segundo o país, deveria contemplar um tratamento diferenciado entre os países, levando em consideração suas assimetrias. Esta demanda foi atendida, conforme evidenciado no Tratado de Assunção, onde os Estados-membro reconhecem a existência de diferenças pontuais de ritmo para Paraguai e o Uruguai, as quais são especificadas no programa de liberalização comercial (Tratado de Assunção, Artigo 6, Anexo I) (Silva, 2011).

No entanto, os períodos de crise pelo qual o Mercosul passou evidenciaram o fracasso do bloco em procurar soluções conjuntas, fazendo o Uruguai buscar por relações de comércio com os Estados Unidos, distanciando-se gradualmente do Mercosul. Segundo Revelez (2010 apud Silva, 2011), tal estratégia, mesmo não sendo bem-sucedida, propiciou um relativo afastamento do país no que tange ao bloco regional.

Dentre todos os países do bloco, o Paraguai é percebido como o mais aberto ao comércio, inclusive se comparado com outras economias da América do Sul. Durante a década de 1970, o país experimentou um crescimento econômico significativo, impulsionado pelo

aumento da produção agrícola de *commodities* como soja e algodão, absorvidos principalmente pelo mercado brasileiro pela rota Ciudad Del Este, enquanto sua indústria era pouco desenvolvida. O ingresso do Paraguai no Mercosul representou uma oportunidade de recuperação econômica em face aos esgotamentos de terras para o cultivo agrícola, por meio de investimento na estrutura produtiva do país para promover a diversificação das exportações (Silva, 2011).

A partir de 2003, houve esforços para promover a redução das assimetrias estruturais entre os países, e neste contexto, na Conferência de Montevideu, em dezembro de 2003, o Paraguai apresentou um projeto que previa a criação de um fundo de coesão destinado a combater as desigualdades no bloco. Em 2004, o Conselho Mercado Comum (CMC) realizou estudos para o estabelecimento no Mercosul de fundos estruturais destinados a promover melhorias de competitividade nos sócios menores e nas regiões menos favorecidas, dando início mais tarde ao surgimento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). O objetivo do Focem consiste, portanto, em financiar programas que promovem a convergência estrutural, desenvolvendo a competitividade e coesão social, tendo como escopo principal as economias menores (Silva, 2011).

2. 5 O bloco como estratégia para o crescimento econômico

A relação entre abertura comercial e crescimento econômico é tema de controvérsia na literatura, como indicado por Edwards (1992). A história dessa interação é antiga e sujeita a interpretações diversas entre os economistas. Embora alguns especialistas expressem ceticismo em relação aos benefícios do comércio, diversos estudos empíricos fortalecem a hipótese de que economias mais abertas têm impactos positivos no crescimento econômico (Edwards, 1992 apud Fraga, 1983).

A partir da visão de blocos econômicos, em especial, o Mercosul, Izerrougene (2007) afirma que a formação de uma união aduaneira tem a possibilidade de aumentar os investimentos, em decorrência da ampliação do mercado e da confiança dos investidores no que se refere ao escoamento de produtos e ao abastecimento em insumos. A abertura comercial favorece a alocação de recursos e produtividade, e estimula a especialização, possibilitando ganhos mútuos.

Sarkar (2008), em um estudo econométrico para uma amostra de 51 países em desenvolvimento, de 1981 a 2002, indica pequena relação entre comércio e crescimento em

análises *cross-section*, e ausência de correlação de longo prazo em séries temporais para os países em uma análise individual. Mesmo economias asiáticas apresentaram esse padrão (Feler, 2010).

Frankel e Romer (1999), utilizando dados em painel, partem de uma equação de comércio bilateral baseadas em componentes geográficos, considerando a corrente de comércio (importações e exportações) entre duas nações i e j sobre o PIB da nação i (Frankel; Romer, 1999 apud Faleiros; Alves, 2014). Considerando componentes geográficos como distância, população, área, existência de fronteira entre os dois países, os autores identificaram um resultado que indica uma relação robusta entre o comércio internacional e a renda, embora não tenham alcançado uma solução conclusiva para a questão da causalidade entre esses dois fatores (Faleiros; Alves, 2014; Feler, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção visa especificar os critérios metodológicos que foram utilizados para analisar o grau de abertura econômica dos países-membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) sob um recorte temporal de 2001 a 2022. Os indicadores utilizados nesta monografia foram os índices de Grau de Abertura (GA), Esforço Exportador (EE) e Dependência das Importações (EI).

Por ser uma pesquisa que propõe obter a performance dos países-membros do Mercosul e auferir análises comparativas utilizando indicadores de abertura comercial, ela é classificada como uma pesquisa descritiva. Quanto aos meios, é considerada uma pesquisa estruturada, seguindo uma coleta de dados quantitativos de exportações, importações e PIB dos países analisados.

3.1 Indicadores utilizados

3.1.1 Indicador de Grau de Abertura (GA)

O indicador de Grau de Abertura (GA) mostra a intensidade das relações comerciais de uma dada região com o resto do mundo. Quanto mais fortes forem as relações comerciais da região em questão, mais aberta estará em relação ao comércio internacional. Ela expressa a participação da corrente de comércio exterior na produção doméstica em termos percentuais.

O Grau de abertura é dado por (Herrero, 2001):

$$GA = \left(\frac{X_{jt} + M_{jt}}{PIB_{jt}} \right) \times 100$$

Onde:

X_{jt} – valor das exportações de uma determinada região ou país j , no período de tempo t .

M_{jt} – valor das importações de uma determinada região ou país j , no período de tempo t .

PIB_{jt} – valor do PIB de uma determinada região ou país j , no período de tempo t .

3.1.2 Indicador de Esforço Exportador (EE)

O indicador de Esforço Exportador mede de forma simples o grau de abertura da economia de uma dada região (estado ou país) em relação ao mercado externo. O indicador retorna a porcentagem do produto nacional que é dedicada aos mercados estrangeiros, sendo expresso da seguinte forma (Herrero, 2001):

$$EE = \left(\frac{X_{jt}}{PIB_{jt}} \right)$$

Onde:

X_{jt} – valor das exportações de uma determinada região ou país j , no período de tempo t .

PIB_{jt} – valor do PIB de uma determinada região ou país j , no período de tempo t .

3.1.3 Indicador de Dependência das Importações (DI)

O indicador de Dependência das Importações, doravante Viés Importador ou coeficiente de penetração das importações em uma dada região, indica a participação das importações na produção interna bruta de determinada região (estado ou país), revelando o grau de atendimento da demanda doméstica por produtos estrangeiros. A fórmula do referido indicador é expresso da seguinte forma (Herrero, 2001):

$$DI = \left(\frac{M_{jt}}{PIB_{jt}} \right)$$

PIB_{jt} – valor do PIB de uma determinada região ou país j , no período de tempo t .

M_{jt} – valor das importações de uma determinada região ou país j , no período de tempo t .

3.2 Fontes e tratamento de dados

Para o cálculo dos indicadores mencionados anteriormente, foram necessários dados de exportação, importação e PIB dos países componentes do Mercosul. O recorte temporal compreendeu o período de 2001 a 2022. O motivo para análise desse período é observar o

comportamento do fluxo comercial de forma a captar melhor as mudanças de padrão de comércio. Também foram acrescentados dados demográficos na análise para fins comparativos, de forma a verificar as assimetrias estruturais entre os países associados.

A base de dados utilizada foi a do World Bank Group e do Sistema de Estatísticas do Comércio Exterior do Mercosul. A primeira foi escolhida por conter todas as informações necessárias para a análise, e a segunda, para a consulta de dados desagregados por comércio intrabloco e extrazona, assim como boletins econômicos. Também foram consultados boletins econômicos do Mercosul, elaborados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de dados das respectivas secretarias de comércio exterior dos países associados, para fornecer embasamento à análise.

Para esta monografia, foram considerados os dados monetários a preços correntes de 2022, em dólar americano, conforme fornecido pela plataforma consultada. A ferramenta utilizada foi o Microsoft Excel por se tratar de valores agregados e pequeno volume de dados. Os dados foram expostos em tabelas e gráficos para melhor visualização. Por se tratar de uma série temporal extensa, alguns dados foram destacados, pontuando períodos específicos e de maior relevância para a análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção expõe e analisa os coeficientes de abertura comercial (GA), esforço exportador (EE) e dependência das importações (DI) dos países membros do Mercosul. Também foi verificado o comportamento das exportações e importações dos países membros no contexto intrabloco e extrabloco, a fim de observar mudanças no fluxo de comércio dos países entre o período de 2001 a 2022.

Os países integrantes do Mercosul possuem dimensões econômicas e estruturais diferentes. Em 2022, o bloco abrangia uma população de 295 milhões de habitantes e um território de 11,88 milhões de km². A partir da Tabela 1, que apresenta a distribuição populacional, do território, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* no total do Mercosul em períodos selecionados, é possível verificar que o Brasil abrange 79,7% do total de habitantes e 71,7% do território do Mercosul. A Argentina, em seguida, corresponde a 16,6% da população e 23,4% do território. O Uruguai apresenta a menor parcela em termos de população (1,3%) e área (2,4%) em 2002.

Tabela 1: Mercosul - Distribuição percentual dos países membro em relação a população, território, PIB e PIB per capita no total do Mercosul – 2001 a 2022.

	População			Área	PIB			PIB <i>per capita</i>		
	2001	2010	2022		2001	2010	2022	2001	2010	2022
Argentina	16,7	16,6	17,0	23,4	31,3	15,7	23,7	39,2	26,7	27,6
Brasil	79,5	79,7	79,2	71,7	65,3	81,8	72,1	17,2	28,9	18,4
Paraguai	2,3	2,3	2,5	3,4	1,0	1,0	1,6	8,9	12,2	12,5
Uruguai	1,5	1,4	1,3	1,5	2,4	1,6	2,7	34,6	32,2	41,5

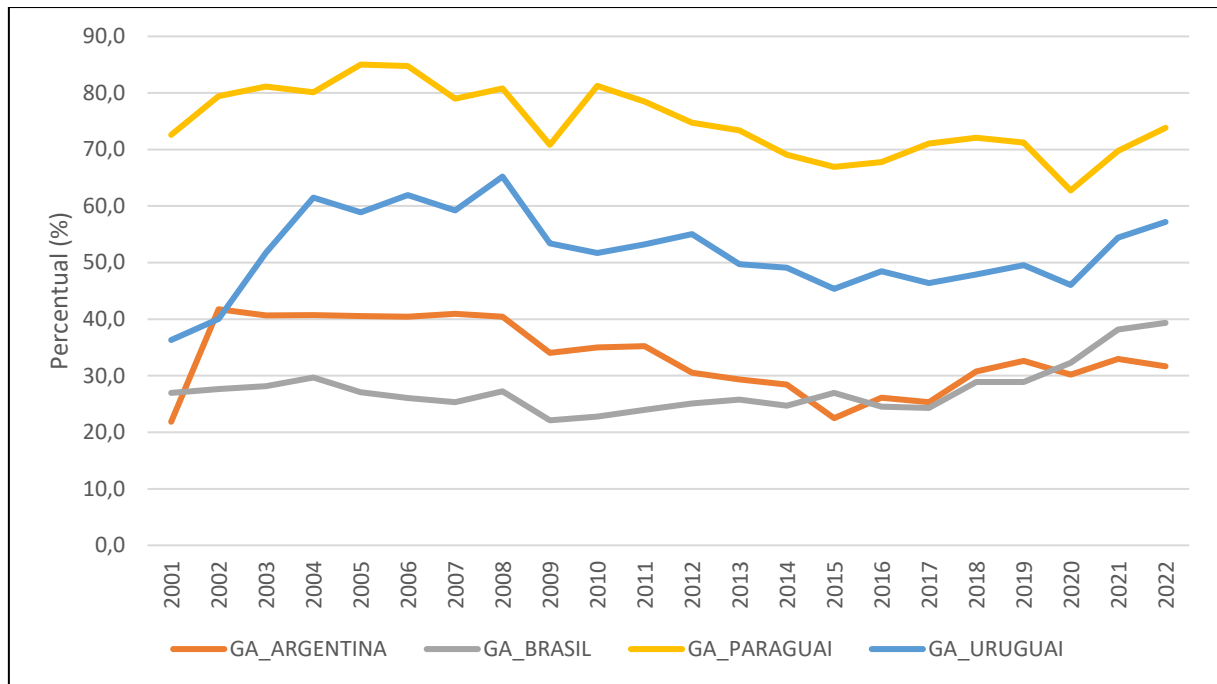
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do World Bank Group (2024).

Os maiores sócios do Mercosul também lideram em termos de participação no total da produção. Em 2022, o Brasil representou 72,1% do PIB do bloco, seguido pela Argentina (17,2%), enquanto o Uruguai contava com apenas 1,6% do total. Ao longo do período analisado, cada país membro apresentou comportamento diferenciado em relação à sua contribuição no total da produção, como são exemplos os países com as maiores economias do bloco. O Brasil contou com crescimento no percentual de 2001/2010 e decréscimo no

período 2010/2022, porém com nível superior ao observado no início do período. Argentina, por sua vez, apresentou declínio no primeiro período e aumento no segundo, mas atingiu patamar inferior ao exibido em 2001.

Ao analisar o PIB per capita, indicador que reflete a renda média obtida por cada indivíduo de um país com base na produção total, observa-se que o Uruguai se destaca com a maior participação, alcançando 41,5%. Em 2022, o PIB per capita do Uruguai foi de US\$ 20.795, enquanto o do Brasil – maior economia do bloco foi de US\$ 8.802. A diferença significativa no PIB per capita entre os dois países pode ser explicada por diversos fatores econômicos e sociais. O Uruguai se destaca na América Latina por ser uma sociedade igualitária, com baixos níveis de pobreza e desigualdade. A classe média no Uruguai representa mais de 60% da população, a maior proporção na região. Além disso, um fator que contribui para essa participação no PIB é a menor população do Uruguai em comparação com o Brasil.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do grau de abertura do Mercosul de 2001 a 2022, ou seja, a participação da corrente de comércio dos países do Mercosul como porcentagem do seu respectivo PIB. No início do período analisado, observam-se as consequências adversas da crise asiática (1997-1998) e a dificuldade de retomada do dinamismo comercial vivenciado nos anos 1990. Essa dificuldade foi especialmente devida à redução do nível de produção global, impulsionada pela desaceleração econômica dos Estados Unidos e fatores internos das respectivas economias dos países do Mercosul. Entre esses fatores estão o aumento da inflação, o agravamento da crise na Argentina e a desvalorização cambial no Brasil. Esses efeitos se estenderam aos outros países do bloco, Paraguai e Uruguai, que enfrentaram contração do nível de atividade doméstica e de comércio internacional durante o período (BID, 2000).

Gráfico 1: Mercosul - Grau de abertura econômica dos países membro - 2001 a 2022.

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do World Bank Group (2024).

Quando se compara o grau de abertura dos países do bloco, o que chama a atenção é o fato de que os países com economias menores (Paraguai e Uruguai) apresentaram níveis muito mais elevados do que os países com economias maiores (Brasil e Argentina).

O Paraguai apresentou grau de abertura acima de 70% ao longo de praticamente toda a série analisada, com exceção apenas dos períodos compreendidos entre 2014 e 2016 e entre 2020 e 2021, período afetado pela crise sanitária global da Covid-19. Os menores níveis foram observados em 2009, como consequência da crise financeira global (2008-2009), e em 2020, como resultado da crise pandêmica.

Em relação ao Uruguai, o país aumentou progressivamente o grau de abertura a partir de 2001 até 2004 e desde então os níveis de abertura comercial ficaram acima de 45%. Entre 2004 e 2008, o Uruguai alcançou os níveis mais elevados de abertura comercial (61,5% e 65,2%, respectivamente) e a partir de 2009 passou paulatinamente a obter níveis cada vez menores até atingir o nível mais baixo em 2015 (45,3%). No período 2015 a 2020, este indicador variou entre 45% e 50%, quando voltou a auferir patamares mais elevados.

O Paraguai e o Uruguai costumam absorver os efeitos dos desequilíbrios econômicos dos sócios maiores (Brasil e Argentina). Dessa forma, o fluxo de comércio internacional dos dois países menores é influenciado significativamente, como foi o caso do período entre 2001 e 2003, que conferiu aos países menor participação no comércio internacional.

O Brasil e a Argentina, por sua vez, apresentaram grau de abertura econômica bem inferior em relação aos sócios menores. O Brasil ao longo de praticamente todo o período analisado contou com grau de abertura entre 20% e 30%, somente superando este patamar em 2020 quando iniciou uma trajetória ascendente e atingiu, em 2022, seu maior nível (39,3%). Na Argentina, por sua vez, a recuperação após a crise de 2001 elevou o grau de abertura a um patamar próximo a 40% em 2002. Entre 2002 e 2008, a participação do país ficou em torno desse valor e a partir de 2009 até 2015 houve um sucessivo declínio atingindo o menor nível em 2015 (22,5%). A partir de 2016, ocorre um período de lenta recuperação do grau de abertura do país. É neste último período que a Argentina começou a adotar diversos instrumentos de restrição ao comércio, em decorrência da crise fiscal e cambial que o país começou a enfrentar.

Podemos constatar que a crise de 2008 afetou a performance de todos os países, o colapso do comércio global, a redução do nível de atividade e a queda nos preços dos produtos básicos afetou o desempenho de todos os membros do bloco econômico (BID, 2010). Brasil e Uruguai contaram com as maiores reduções percentuais em seus graus de abertura (-19% e -18,1%, respectivamente) e o Paraguai a menor queda (-12,4%) entre 2008 e 2009. Quase todos os países do bloco começaram a se recuperar da crise em 2010, a exceção foi o Uruguai que continuou com redução no indicador neste ano. Em resposta à crise, foram implementadas medidas importantes, como a formação de um Grupo Técnico de apoio para o monitoramento dos fluxos de comércio extrazona, além do intercâmbio de propostas destinadas à criação de mecanismos ágeis para a modificação da Tarifa Externa Comum (TEC). Ainda, pode-se citar também o fortalecimento institucional e operacional do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)³, com ênfase na utilização de seus recursos em projetos de integração produtiva (FOCEM II) (BID, 2010).

A crise sanitária da COVID-19 conferiu ao comércio internacional, como um todo, a retração no nível de produção. Os efeitos dessa crise sobre os países do Mercosul quanto aos fluxos de comércio, em 2020, foram de redução em relação a 2019, especialmente para o Paraguai (-11,8%), entretanto Argentina e Uruguai também contaram com quedas importantes, próximo a -7,5%. O Brasil foi o único país do bloco econômico que não apresentou queda no grau de abertura entre 2019 e 2020, por sinal houve um incremento importante da ordem de 11,8% nesse período (28,9% em 2019 para 32,3% em 2020).

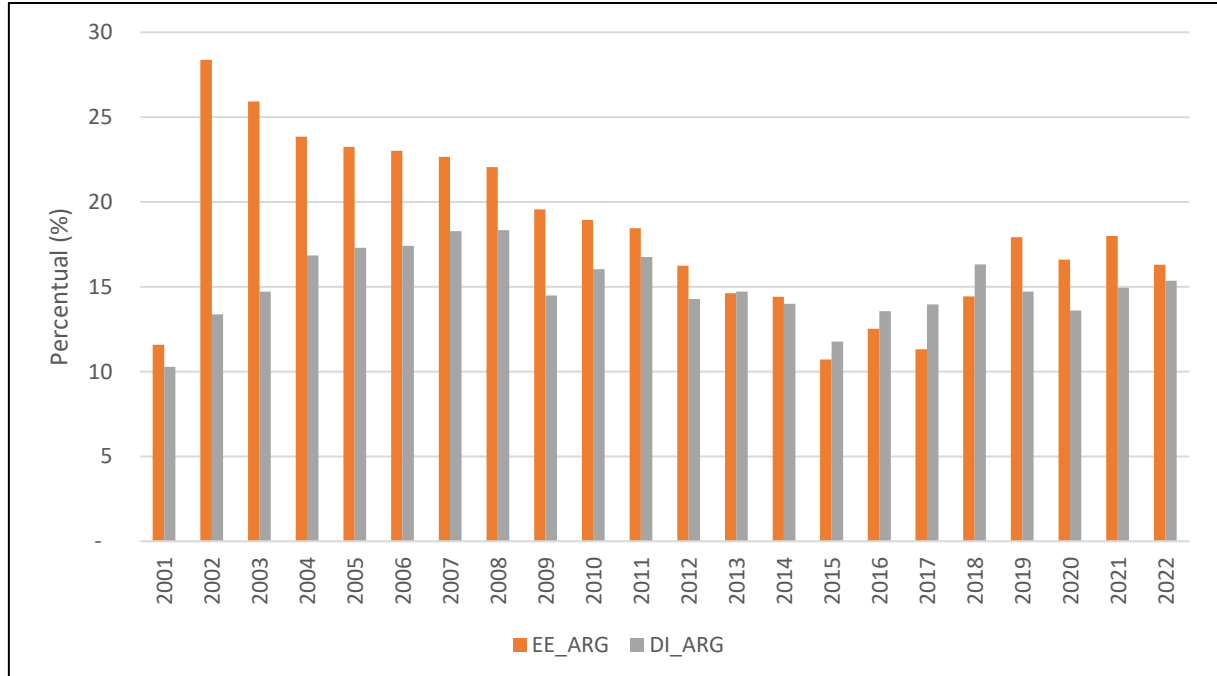
³ Criado pela Decisão CMC N° 45/04, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) é destinado a promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade, promover a coesão social e apoiar a estrutura institucional e a integração regional. É o primeiro mecanismo solidário de financiamento próprio do Mercosul, visando reduzir as assimetrias do bloco. Os fundos são doações não reembolsáveis, cobrindo até 85% do valor elegível dos projetos apresentados pelos países membros.

Os Gráficos 2 a 5 apresentam o coeficiente de esforço exportador (chamaremos de EE) e o coeficiente de dependência das importações (chamaremos de DI) de cada país membro do Mercosul para o período analisado.

A partir do Gráfico 2, que exprime o EE e DI da Argentina, podemos observar um viés predominantemente exportador entre 2001 e 2012 para o país. A Argentina obteve, em 2002, o maior índice de EE, da ordem de 28%, seguindo com esse viés até 2012. O aumento dos preços das *commodities* é um dos fatores para o resultado obtido no lado das exportações. Para este país, o aumento gradual das importações resultou da recuperação do país após a Crise da Conversibilidade⁴, é possível observar a evolução da participação das importações como porcentagem do PIB (DI), de 10,3% em 2001, para 18,3% em 2008.

A partir de 2011, houve uma tendência de declínio na participação do país no comércio exterior, ao passo em que em alguns anos pôde ser observado um viés importador, especialmente de 2015 a 2018. A apreciação cambial além da própria redução absoluta das exportações e importações foi um dos fatores para a queda da performance do país.

Gráfico 2: Argentina - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022.

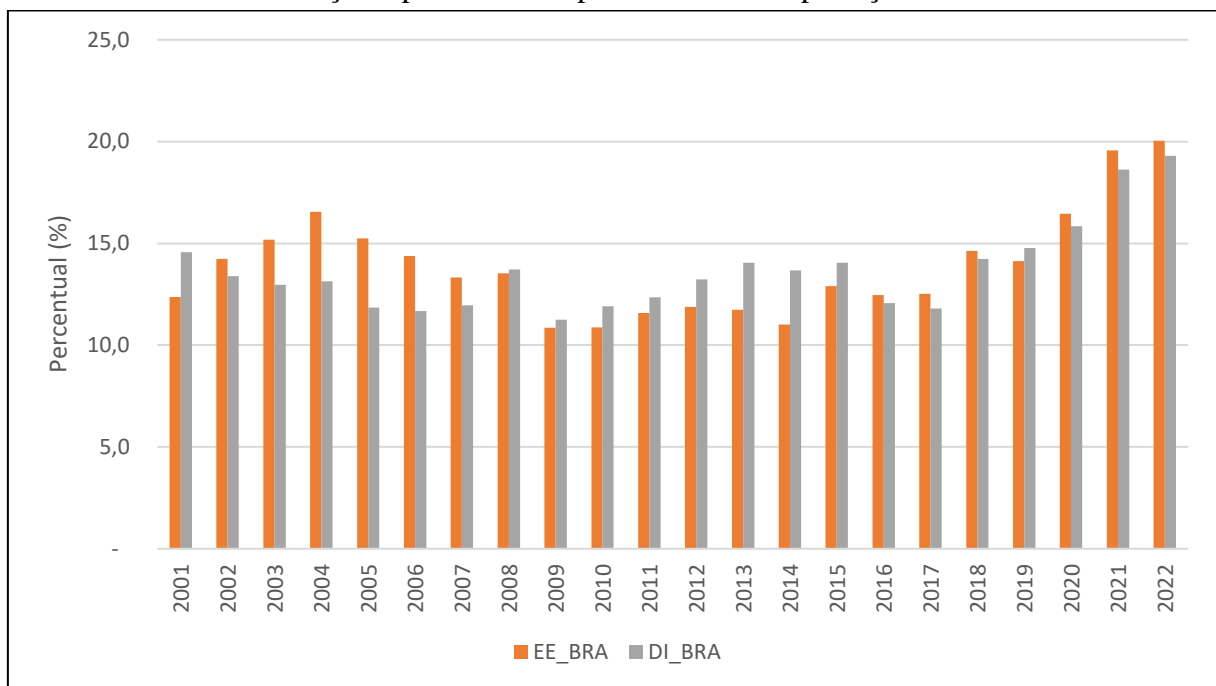


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do World Bank Group (2024).

⁴ O Plano de Conversibilidade foi implementado na Argentina em 1991 e estabelecia uma paridade fixa entre o peso e o dólar. O plano conseguiu controlar a hiperinflação que afligia a economia argentina naquela época.

Em relação ao Brasil, no Gráfico 3, é possível notar que o país apresentou viés exportador no início do período analisado. O desempenho superavitário do país observado entre 2003 e 2005 foi impulsionado pelo aumento dos preços das *commodities* e dos produtos industrializados, beneficiando o desempenho do país (BID, 2005). No mesmo período o Brasil alcançou EE de 16,5%, um dos maiores índices observados na série analisada. Em 2008, no cenário de crise, a queda dos preços internacionais influenciou o desempenho das exportações, neste período foi observado um EE de 13,7%.

Gráfico 3: Brasil - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do World Bank Group (2024).

Em relação ao indicador DI, é possível observar que o aumento do índice para o Brasil em momentos de instabilidade econômica, como em 2001 (14,6%). Entre 2013 e 2015 observa-se que as importações obtiveram maior participação no PIB brasileiro, aproximadamente 14% de DI. Tal fato se justifica sob um cenário de lento crescimento da demanda externa e de recessão econômica brasileira, que perdurou até 2016 (Horta; Giambiagi, 2018).

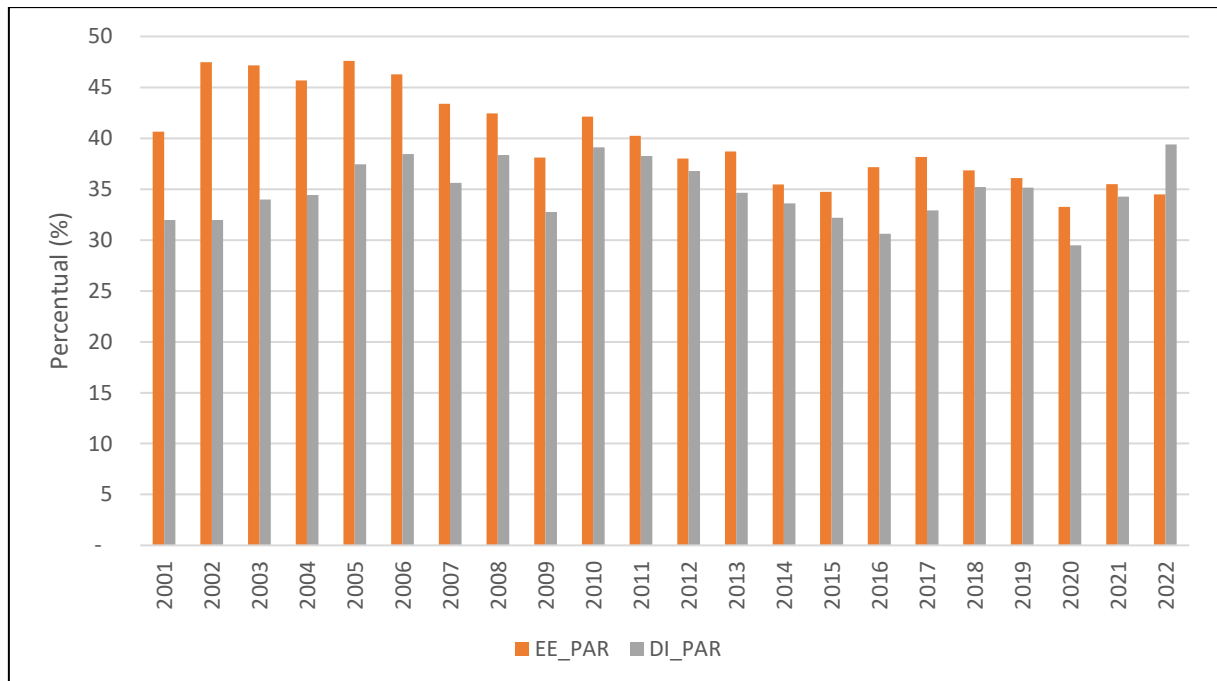
A respeito do Paraguai, no Gráfico 4, verificamos que o país possui um forte viés exportador. Ao longo de todo o período analisado, percebemos o viés exportador do país, à exceção de 2022. Entre 2002 e 2005, o ambiente econômico internacional favorável, assim como os de seus sócios, conferiu ao país um aumento do EE, atingindo 48% em 2005. Entre

2010 e 2015 as importações aumentaram sua participação no total do PIB como consequência de fatores climáticos afetaram as vendas de produtos agrícolas para o exterior.

A dinâmica exportadora do Paraguai é impulsionada pela agricultura, destacando-se a exportação de soja, óleo e pallets de soja, carne bovina, arroz e milho. Entre os itens minerais, as exportações de energia elétrica se destacam, enquanto os setores têxtil, eletrônico, química leve e resíduos metálicos têm uma participação menor (Pineda, 2020).

O Paraguai se beneficia da Lei de Maquila criada em 1997 com o intuito de estimular a sua indústria e exportação por meio de investimento externo direto, além de gerar emprego e renda (Costa et al, 2018). Esse programa beneficia tanto as exportações quanto as importações do país no âmbito do Mercosul, uma vez que as empresas maquiladoras precisam abarcar cerca de 40% dos insumos com origem no Mercosul, e precisam exportar totalmente os produtos fabricados nessas empresas (Costa et al, 2018). O aumento tanto do EE quanto do DI entre 2017 e 2022 se dá tanto pelas importações de máquinas e equipamentos, quanto pelas exportações de produtos das empresas maquiladoras, assim como do complexo agroexportador.

Gráfico 4: Paraguai - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022.

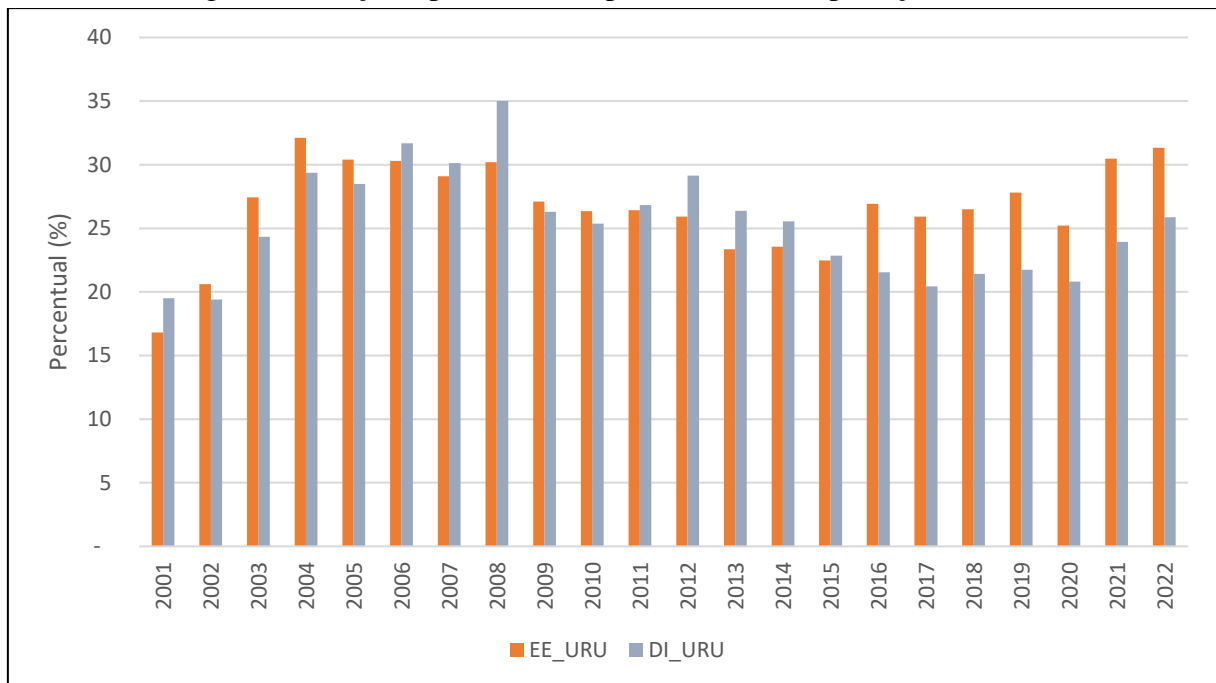


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do World Bank Group (2024).

A respeito do Uruguai (Gráfico 5), o país apresentou uma maior alternância entre o EE e a DI ao longo do período 2001 a 2022. Entre 2002 e 2005, possuiu um fluxo exportador

crecente. De 2006 a 2008, ocorre uma reversão deste cenário, onde a DI passou a superar o EE. Em 2008, o país registrou um DI significativo de 35% frente a 30,2% de EE, promovido pelo aumento dos preços das matérias primas que elevou significativamente o valor das importações.

Gráfico 5: Uruguai - Esforço Exportador e Dependência das Importações - 2001 a 2022.



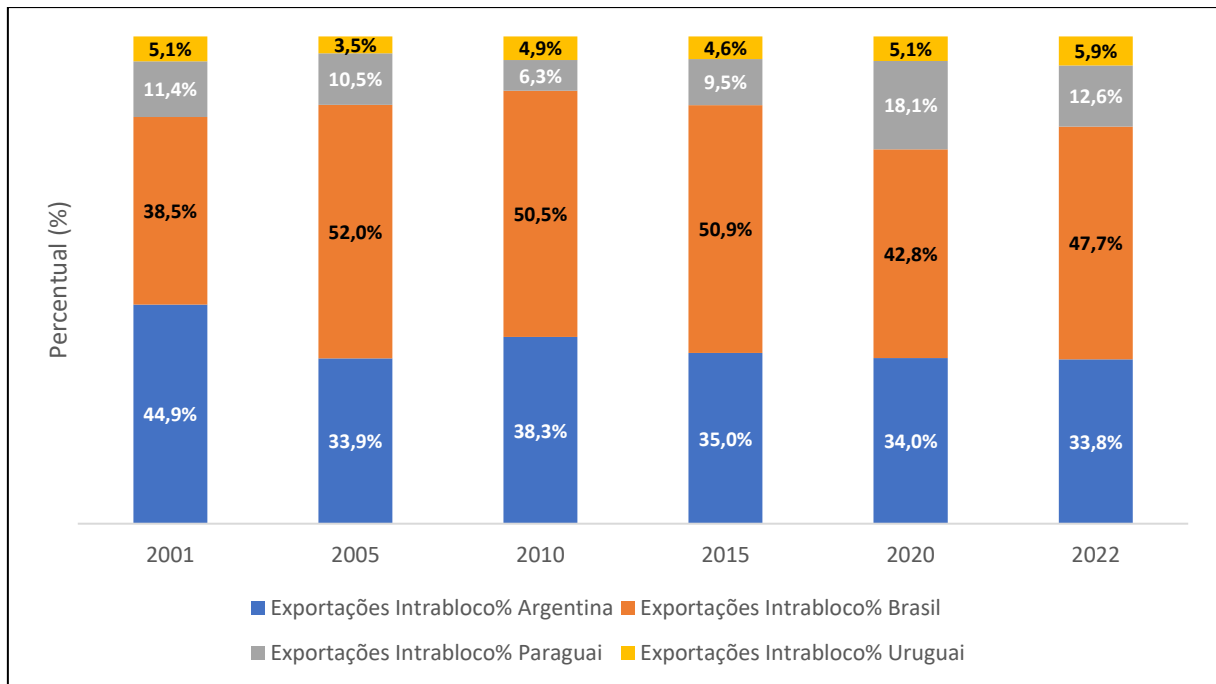
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul - Secem, 2024.

Nos anos de 2009 e 2010, no período de crise, a contração das importações permitiu que o país registrasse *superávit* na conta corrente. As exportações cresceram, impulsionadas principalmente pelos serviços, o que compensou a queda nas vendas externas de bens. A partir de 2016, o fluxo de comércio do país adquiriu um viés exportador mais acentuado, com EE de 26,9% em 2016 para 31,6% em 2022. O DI nesse período foi menor, atingindo 20,8%, o segundo menor índice para toda a série. Em termos de exportação, os produtos da pauta de exportação que mais se destacam foram celulose, madeira, carne bovina, laticínios e veículos, e nas importações foram veículos, vestuário, plásticos, telefones e produtos químicos.

Os Gráficos 6 e 7 apresentam a participação dos países membros no fluxo de comércio no contexto intrabloco, a partir de períodos selecionados. Verificamos que a participação do Brasil é majoritária no fluxo de exportações intrabloco, sendo o principal parceiro econômico dos demais membros, principalmente dos países menores. A participação relativa do país nas

exportações cresceu 23,9% entre 2001 e 2022. Dentre os principais produtos da pauta de exportação do Brasil para o Mercosul, destacam-se automóveis, máquinas, peças e acessórios, derivados de petróleo, entre outros (Secem, 2024).

Gráfico 6: Mercosul - Participação relativa dos países nas exportações totais intrazona - 2001 a 2022.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul - Secem, 2024.

A Argentina possui a segunda maior participação no total exportado para o Mercosul. Em 2001 correspondia a 44,9% das exportações do bloco e, em 2022, observa-se uma perda de participação, atingindo 33,8%. Dentre os produtos mais exportados, destacam-se veículo de transporte de mercadorias e veículos automotores, trigo, e derivados de petróleo. A participação do comércio de itens automotivos ganhou destaque na pauta de exportações intrabloco da Argentina ao longo dos anos destacados.

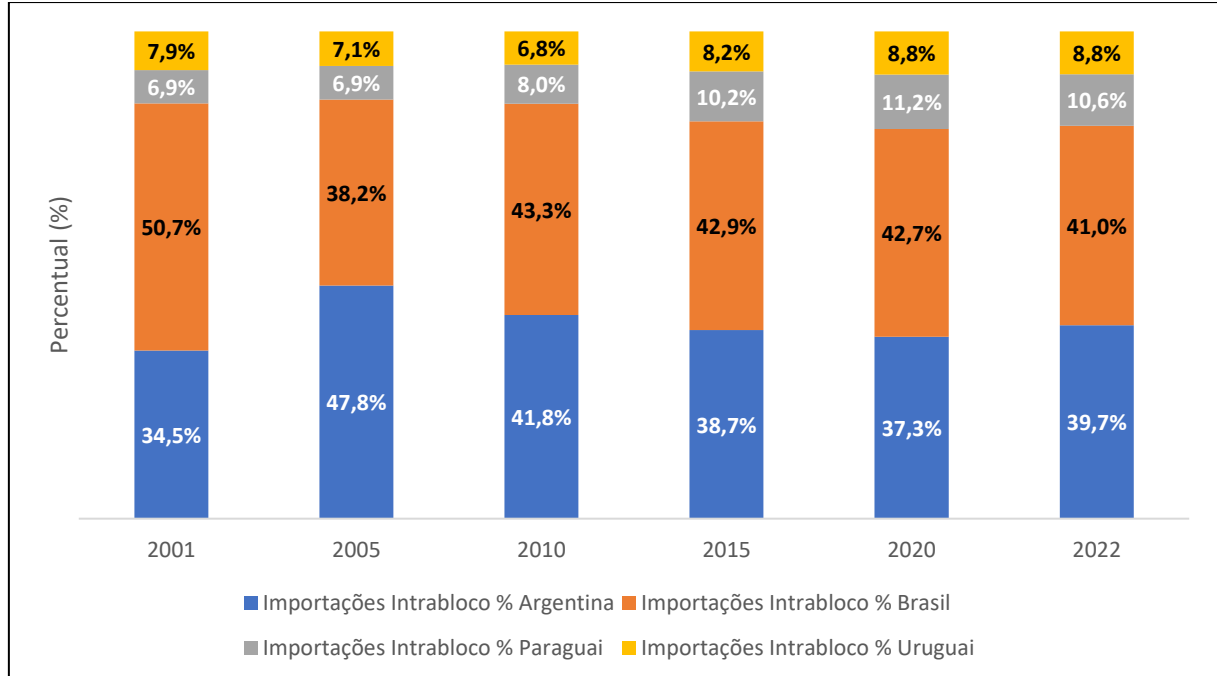
O Paraguai aumentou sua participação dentro do comércio intrabloco ao longo dos anos, expandindo sua participação no total exportado em até 18,1%, em 2020. Em 2022, o Mercosul foi o destino de 58% das exportações e 33% das importações paraguaias (Costa et al, 2018). Grande parte do fluxo de exportações do Paraguai se dá pelo complexo agrícola e pelo funcionamento da Lei de Maquila no país. Um dos principais destinos das exportações geradas dentro desse sistema são direcionadas ao Brasil, o maior cliente do Paraguai.

O Uruguai possui a menor participação dentro do fluxo de comércio, ainda assim, é possível evidenciar o aumento de participação em relação ao início da série. As exportações do país cresceram 15,7% entre 2001 e 2022 (Gráfico 6). A principal pauta de exportação do país para o Mercosul em 2001 foram itens agrícolas como malte e arroz, e em 2022 a pauta de exportação incluiu, além dos itens agrícolas, veículos para transporte de mercadorias e energia elétrica.

Em relação à pauta de importações totais intrazona (Gráfico 7), a Argentina apresentou um aumento de participação de 15,1% entre 2001 e 2022. O país importa significativamente do Brasil e os principais itens se concentram em soja, energia elétrica e automóveis de transporte de pessoas.

O Brasil por sua vez, registrou perda de participação na comparação entre 2001 e 2022 de -19,1%. A pauta de importação se concentra em produtos agrícolas como soja e trigo, energia elétrica e automóveis de transporte de pessoas.

Gráfico 7: Mercosul - Participação relativa dos países nas importações totais intrazona - 2001 a 2022.



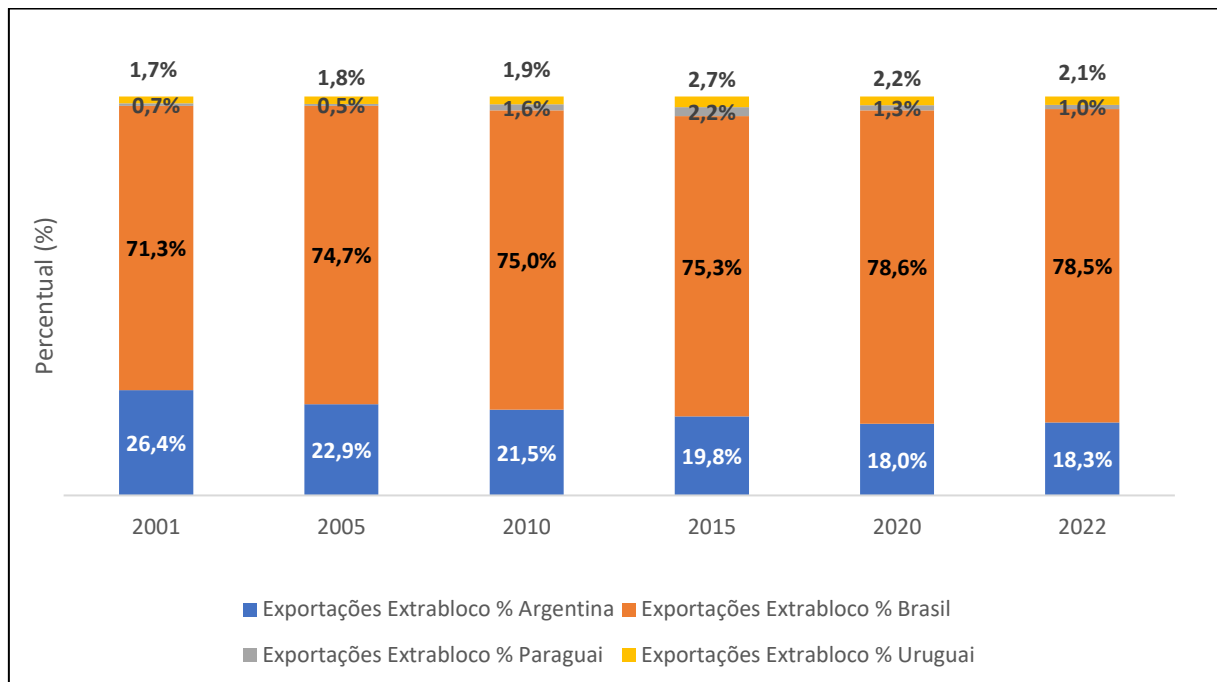
Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul - Secem, 2024.

O Paraguai obteve um incremento de participação de 56,6%, o maior crescimento na comparação entre os demais sócios. O país tem o Brasil como principal parceiro comercial e os principais produtos importados são nafta, veículos para carga e fertilizantes.

O Uruguai, assim como o Paraguai, evidenciou um aumento na participação do total importado de cerca 11,4% entre 2001 e 2022. O país importa majoritariamente do Brasil e da Argentina e na pauta de importações destaca-se veículos de transporte de pessoas e carne bovina.

Em relação ao comércio extrazona, isto é, o fluxo comercial dos países do bloco para países não membros, nos Gráficos 8 e 9 podemos observar a diferença substancial de participação do Brasil e da Argentina no comércio internacional, em detrimento a Paraguai e Uruguai.

Gráfico 8: Mercosul – Participação relativa dos países nas exportações totais extrazona - 2001 a 2022.



Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul - Secem, 2024.

O Brasil tem mais de 70% de participação no total exportado para regiões extrazona, seguido pela Argentina, que vem sofrendo perda de participação nesse escopo, de 26,4% em 2001 para 18,3% em 2022. O principal destino das exportações do Brasil foi a China, Estados Unidos e Países Baixos. Dentre os principais produtos exportados, destacam-se minerais

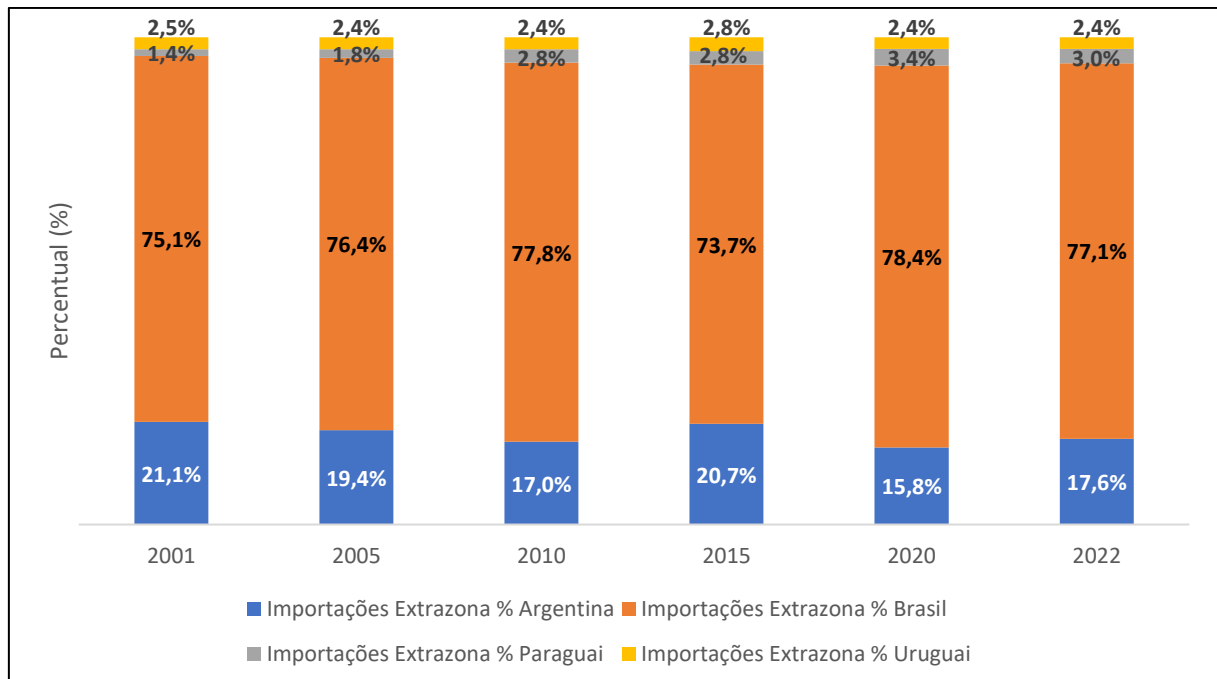
metalíferos, sementes e frutos oleaginosos, combustíveis e óleos minerais (Mercosul, 2024).

O Uruguai elevou sua participação de 1,7% em 2001 para 2,1% em 2022, e o Paraguai, de 0,7% para 1,0%. Em 2015, ambos os países obtiveram a melhor performance dentro no comércio extrazona em relação aos períodos anteriores, 2,7% para o Uruguai e 2,2% para o Paraguai. As exportações dos dois países se concentram em produtos agropecuários, minério de ferro e óleo bruto de petróleo.

Em relação às importações extrazona (Gráfico 9), verifica-se a predominância do Brasil novamente com participação de cerca de 77%, seguido da Argentina. É possível observar para esse país a perda de participação no total exportado pelo Mercosul entre 2001 (21,1) e 2022 (17,3%).

Entre os produtos mais importados pelo Brasil, destacam-se reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e artefatos mecânicos, máquinas, aparelhos e material elétrico, combustíveis minerais, óleos minerais; ceras minerais, dentre outros (Mercosul, 2024). A pauta de importações da Argentina se concentra em produtos eletrônicos, máquinas e equipamentos, veículos, peças automotivas e produtos químicos. A origem das importações são a China, União Europeia, Estados Unidos e Tailândia.

Gráfico 9: Mercosul – Participação relativa dos países nas importações totais extrazona - 2001 a 2022.



Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul - Secem, 2024.

Em relação ao Paraguai, observa-se que o país aumentou a participação no comércio extrazona. O país aumentou a participação nas importações total do bloco de 1,4% em 2001 para 3,0% em 2022. O país importa principalmente da China, Estados Unidos e União Europeia. A pauta de produtos se concentra em gásóleo, nafta petroquímica, veículos de transporte e aparelhos telefônicos.

O Uruguai apresentou certa estabilidade nas importações extrazona, ficando ao longo do período em 2,4% de participação no total do bloco. Destaca-se o ano de 2015 quando alcançou participação de 2,8%. O país importa óleo bruto de petróleo, fertilizantes, telefones celulares e partes e acessórios de veículos tratores, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se analisar o grau de abertura econômica dos países-membros do Mercosul de 2001 a 2022 e entender de que forma a abertura comercial promovida pelo bloco beneficiou os países membros.

Diante da análise dos resultados ao longo deste trabalho, em relação às assimetrias estruturais do Mercosul, podemos concluir que as dimensões estruturais e econômicas dos países associados são significativas. O Brasil se apresenta como o país com a maior parcela populacional, territorial e de PIB em 2022. Essa configuração dos países que compõem o bloco econômico enfatiza a complexidade da integração econômica regional do Mercosul, onde países com diferentes tamanhos populacionais e estruturas econômicas enfrentam desafios distintos na busca pela convergência econômica.

Ao analisar o grau de abertura econômica, em conjunto com o índice de esforço exportador e de dependência das importações, a hipótese levantada neste trabalho de que as economias menores apresentam grau de abertura maior em relação às economias maiores se confirma. O Paraguai e o Uruguai apresentaram os maiores graus de abertura, com destaque para o Paraguai, que chegou a apresentar grau de abertura de 85% (2005). Os dois países apresentaram momentos com viés exportador bastante predominante, 2001-2007 para o Paraguai e 2016-2022 para o Uruguai.

A crise financeira global de 2008 e a crise sanitária da COVID-19 em 2020 foram momentos críticos que afetaram profundamente o comércio internacional do Mercosul. Estas crises provocaram quedas significativas nos níveis de atividade econômica e nos fluxos comerciais.

A análise da participação dos países membros do Mercosul no fluxo de comércio intrabloco revela a predominância do Brasil como principal parceiro econômico, tanto em exportações quanto em importações. O Brasil se destaca exportando automóveis, máquinas, peças, acessórios e derivados de petróleo para os demais membros. A Argentina, embora tenha perdido parte de sua participação ao longo dos anos, mantém-se como o segundo maior exportador do bloco, com destaque para veículos automotores e trigo.

O Paraguai, beneficiado pela Lei de Maquila, aumentou sua participação, principalmente através da exportação de produtos agrícolas para o Brasil, seu principal cliente. O Uruguai, apesar de possuir a menor participação, também demonstrou crescimento,

exportando itens agrícolas e energia elétrica. Em resumo, o comércio intrabloco no Mercosul é dominado pelo Brasil e pela Argentina.

Da mesma forma ocorre em relação ao comércio extrazona, no qual Argentina e Brasil têm uma maior influência econômica. O Paraguai apresentou uma tímida evolução em termos de exportações e importações extrazona, ao passo em que o Uruguai apresentou certa evolução apenas na pauta de exportações.

REFERÊNCIAS

- ALLES, Greici. **A Inserção econômica internacional do Brasil: análise do grau de abertura comercial da economia brasileira entre 2010 e 2018. 2020.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.
- BASTOS, Luciana Aparecida. **Avaliação do Desempenho comercial do Mercosul: 1994-2005.** 2009.
- BAUMANN, Renato Organizador et al. **Mercosul: avanços e desafios da integração.** 2001.
- CARVALHO, Ivyan Larissa Barros de. **A integração comercial do Paraguai a partir do Mercosul e seus efeitos sobre as relações comerciais brasilo-paraguaias.** 2018.
- CARVALHO, Ivyan Larissa Barros de. **A integração comercial do Paraguai a partir do Mercosul e seus efeitos sobre as relações comerciais brasilo-paraguaias.** 2018.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. SOBRE LA BASE DE LAS NACIONES UNIDAS – CEPAL. Base de Datos Estadísticos de las Naciones Unidas sobre el Comercio de Productos Básicos (COMTRADE), 2023.
- COSTA, Francielly da Fonseca et al. **Lei de Maquila: impactos no desenvolvimento econômico do Paraguai de 2003 a 2016.** 2018.
- SILVA, André Luiz Reis da; RODRIGUES, Kamila Dalbem. **Além das “assimetrias”: a participação do Uruguai e do Paraguai no Mercosul.** *Meridiano*, p. 25-31, 2011.
- DAS, M. **Absolute and Comparative Advantage.** In: Darity Junior, W. A. (Ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences.* Nova Iorque: Macmillan Reference USA, 2008.
- ABREU, Sérgio Augusto de; FLORÊNCIO SOBRINHO, Lima. **Mercosul hoje.** Editora Alfa Omega, 1996.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. **Informe Mercosul No. 18 (2012-2013) Segundo Semestre 2012-Primeiro Semestre 2013.** 2013.
- FALEIROS, João Paulo Martin; ALVES, Denisard Cneio de Oliveira. **Grau de especialização no comércio internacional condiciona o impacto da abertura comercial sobre a renda?** Anais do XL Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 40th Brazilian Economics Meeting]. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2014.
- FELER, Rafael Dornelles. **A eficiência do comércio internacional como promotor de crescimento econômico: o caso sul-americano.** 2010.
- FRAGA, Gilberto Joaquim; BACHA, Carlos José Caetano. **Abertura comercial, capital humano e crescimento econômico no Brasil.** 1983.
- FRANKEL, Jeffrey A.; ROMER, David. **Does trade cause growth?** *Global trade.* Routledge, 2017. p. 255-276.

HERRERO, Luis Fernando Lobejón. **El comercio internacional**. Ediciones AKAL, 2001.

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima; GIAMBIAGI, Fabio. **Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023**. 2018.

IZERROUGENE, Bouzid. **Os obstáculos à integração de economias desiguais. O Caso do Mercosul**. Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 6, n. 11, p. 125-167, 2007.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MERLITZ, Marc J. **Economia internacional: teoria e política**. 10. ed. Pearson Education do Brasil. 2015.

LEON, Márcia Saraiva. **O Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA) e seus possíveis efeitos sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 1995 (Textos Para Discussão, 20)

MENEZES, Alice Helena da Silva Pinto. **Análise comparativa do grau de abertura econômica, esforço exportador e dependência das importações do Brasil, Regiões e estados brasileiros – 2002 A 2019**. 2023. 89p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

NEUTZLING JR, João. **Argentina: Crise e Ressurreição**; Revista Análise Porto Alegre, vol. 19, nº 1, p. 4-27. Jan/jun. 2008

OEST, Maria José Lisboa. **Mercosul como auxiliar do desenvolvimento econômico: trajetória antes do acordo com a União Europeia**. 2019. 90 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PINEDA, Fanny. **Entendiendo la Complejidad Económica: un Análisis para el Paraguay**. Documento de Trabajo, n. 4, 2020.

PUIGCERVER, José Manuel Muñoz. **Teorías clásicas del comercio internacional y sus antecedentes: de Aristóteles a Rybczynski**. Revista Compás Empresarial, v. 12, n. 33, p. 124-149, 2021.

QUERINO, Fabiane Fidelis; DA CRUZ, Karina Kelen; CALEGARIO, Cristina Lelis Leal. **estudo sobre as vantagens comparativas reveladas do brasil no acrônimo BRICS**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v. 13, n. 3, p. 181-197, 2021.

RÊGO, Elba Cristina Lima. **O processo de constituição do Mercosul**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1995. 29 p. (Textos para discussão; 23).

ROMERO, Rubens de Matos. **Acordos regionais de comércio frente ao multilateralismo: as posições do Brasil e do Mercosul**. 2011.

ROQUE, Leibi. **Comércio internacional: Um estudo das principais dificuldades encontradas pelas empresas brasileiras no comércio exterior**. Revista Conteúdo, Capivari, v. 50, n. 3, 2010.

SANTOS, Lucas Guimarães Alves. **Brasil e Argentina sob o Mercosul: uma análise do comércio bilateral**. 2013.

SARKAR, Prabirjit. **Trade openness and growth: Is there any link?**. Journal of economic issues, v. 42, n. 3, p. 763-785 .2008.

SARQUIS, José Buainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão.2011.

SOUZA, André de Mello; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; GONÇALVES, Samo Sérgio. **Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul**. 2010.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de e GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva. 2007.

VILLELA, Arthur Blois; BRUCH, Kelly Lissandra. **Ensaio sobre as teorias de comércio internacional**. 2018.